



Ijuí Energia S.A.
CNPJ nº 07.823.304/0001-06

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

		(Em milhares de reais)	
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		63.741	71.177
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.019	30.700
Investimentos de curto prazo	5	51.909	30.556
Contas a receber de clientes	7	8.711	9.154
Despesas pagas antecipadamente		455	390
Adiantamento a fornecedores		600	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	-	16
Outros ativos		47	361
Não circulante		391.353	388.972
Títulos e valores mobiliários	6	6.525	6.175
Tributos e contribuições sociais a compensar		5.618	6.218
Depósitos judiciais	9	4.598	4.589
Outros ativos		349	385
Imobilizado	10	359.830	370.975
Intangível	11	14.433	1.230
Total do ativo		455.094	460.149
Passivo		311.202	311.202
Circulante		30.558	36.371
Fornecedores	12	1.663	1.963
Empréstimos e financiamentos	13	15.145	15.167
Arrendamentos	17.1	74	57
Salários e férias a pagar		537	598
Tributos e contribuições sociais a recolher	14	1.933	1.933
Dividendos declarados	17.1	9.041	10.245
Uso do bem público	11	329	329
Provisões para gastos ambientais	15	683	706
Provisão para contingências		241	4.169
Encargos setoriais		851	1.197
Outros passivos		1	7
Não circulante		78.201	88.067
Empréstimos e financiamentos	13	70.469	85.304
Arrendamentos	17.1	634	165
Uso do bem público	11	2.929	2.870
Provisões para contingências	16	4.169	28
Patrimônio líquido		346.333	335.711
Capital social		298.936	298.936
Reservas de lucros		47.399	36.775
Total do passivo e do patrimônio líquido		455.094	460.149

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

		(Em milhares de Reais)	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receta operacional líquida		68.793	61.585
Custos operacionais		(14.087)	(11.862)
Custos dos serviços prestados		(6.271)	(4.481)
Compra de energia elétrica		13.093	-
Recuperação de custo - Extensão da concessão		(12.367)	(12.285)
Depreciação e amortização		(63)	(67)
Utilização do bem público - UBP		(19.695)	(28.695)
Lucro bruto		49.098	32.890
Despesas operacionais		(1.218)	(857)
Administrativas e gerais		(154)	(89)
Depreciação e amortização		(1.309)	(1.440)
Pessoal		(83)	(57)
Honorários da diretoria e conselho de administração	17.3	(83)	(57)
Lucro antes do resultado financeiro		(2.764)	(2.214)
Despesas financeiras	21	(7.832)	(8.461)
Receitas financeiras	21	2.704	1.276
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.128)	(7.185)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	41.206	23.491
Lucro líquido do exercício		(3.139)	(2.557)
		38.067	20.934

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

		(Em milhares de Reais)	
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício		38.067	20.934
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		38.067	20.934

modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensuradas como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juro efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros têm problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou evidências adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas como termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5. Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos que se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), o valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: em novembro de 2021 a Companhia realizou o reconhecimento da extensão da concessão, conforme descrito na Nota explicativa nº 9, o prazo de concessão passou a ser fevereiro de 2046. **3.6. Tributações:** **Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são reconhecidas na data de apresentação do resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de contribuição social - corrente:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.7. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8. Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.9. Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação às obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 30,4 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 253,21 MWh/R\$ 241,14 MWh em 2020), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006. (ii) Ajuste positivo CCEE: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. **3.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

		Remuneração		31/12/2021		31/12/2020	
Fundo fixo	-		4		4		24
Banco conta movimento			3		24		1.972
Aplicações financeiras automáticas	20 % do CDI		2.012		1.870		2.700
Certificados de depósitos bancários	92,11 % do CDI		92.119		86.868		30.700
			2.019		30.700		

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

		(Em milhares de Reais)			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Lucros Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	298.936	2.411	18.401	-	319.748
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.934	20.934
Reserva Legal	-	1.047	-	(1.047)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.971)	(4.971)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.916	(14.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.936	3.458	33.317	-	335.711
Dividendos adicionais propostos	-	-	(18.402)	-	(18.402)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.067	38.067
Reserva Legal	-	1.903	-	(1.903)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.041)	(9.041)
Saldo em reserva de lucros	-	-	-	27.123	(27.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.936	5.361	42.038	-	346.333

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

		(Em milhares de Reais)	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		41.206	23.491
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	12.584	12.441
Reapreciação do risco hidrológico		-	979
Encargos de dívidas	13.b	7.218	7.958
Atualização monetária - uso do bem público		474	210
Encargos de dívidas arrendamentos		43	23
Provisão e estorno contingências		213	(67)
Extensão da concessão	11	(13.093)	-
Receita de aplicações financeiras		(2.645)	(446)
Descontos financeiros obtidos		(3)	(1)
Baixa de ativos	11	16	-
		46.013	44.588

Redução no ativo

Contas a receber de clientes	443	932
Tributos e contribuições sociais a compensar	16	(264)
Depósitos judiciais	(65)	(32)
Despesas pagas antecipadamente	(973)	(32)
Outros ativos circulantes e não circulante	(579)	636

Redução (aumento) no passivo

Fornecedores	(304)	1.181
Provisão para contingências	241	-
Encargos setoriais	(346)	(655)
Salários, férias e encargos sociais	(61)	(23)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(60)	(326)
Provisões para gastos ambientais	(23)	(19)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(589)	27
	(2.623)	(2.138)

Impostos e contribuições pagos sobre o lucro

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	42.222	43.113
Resgates em títulos e valores mobiliários	34	1.167
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(123)	(102)
Resgates em investimento de curto prazo	53.033	105
Aplicações em investimento de curto prazo	(72.002)	(22.125)
Adições no imobilizado	10	(658)
Adições no intangível	11	(285)
	(20.001)	(29.130)

Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(28.647)	-
Amortização de principal arrendamentos	(137)	(74)
Amortização de juros de arrendamentos	(43)	(23)
Amortização de principal do financiamento	13.b	(14.835)
Amortização de juros do financiamento	13.b	(7.240)
	(50.902)	(11.023)

Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa

Demonstração do Redução (aumento) líquido no caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	4	30.700
Saldo no final do exercício	4	2.019
		(28.681)

Investimentos de curto prazo:

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - FI Energia	98,85 % do CDI	8.733	8.417
Fundo de Investimento - STA Energia	100,60 % do CDI	43.176	22.139
		51.909	30.556

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo Exclusivo FI - Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6. Títulos e valores mobiliários:

Instituição	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	96,16 % do CDI	6.525	6.175

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento referidas. A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEET, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

7. Contas a receber de clientes:

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Intangível:	Taxa média anual de amortização			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Em serviço				
Servidão	–	276	–	276
Software	20%	238	2	240
Uso do bem público - UBP (i)	4%	1.986	225	2.211
Extensão da Concessão (ii)	4%	–	13.093	13.093
Em curso	–	58	(16)	42
Total do custo do intangível	2.500	13.378	(16)	15.862
Amortização				
Software	(122)	(5)	–	(127)
Outros intangíveis	(101)	–	–	(101)
Uso do bem público - UBP	(1.047)	(64)	–	(1.111)
Extensão da Concessão	–	(90)	–	(90)
Total da amortização	(1.270)	(159)	–	(1.429)
Total do intangível líquido	1.230	13.219	(16)	14.433

Passivo relacionado ao Uso do bem público		31/12/2019	Ajuste AVP	31/12/2020	31/12/2021
Passivo circulante		332	–	332	329
Passivo não circulante		2.682	210	–	2.929
Total		3.014			3.258

Em relação à obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, pelo qual a companhia recolherá as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão. Em 2021 a Companhia reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser fevereiro de 2046, gerando assim um aumento de R\$ 225 no saldo de Uso do Bem Público. (ii) **Extensão da concessão:** Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologa o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e que possibilitem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de ortoga (dia)	Valor (R\$ mil)
1.648	13.003

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046.

12. Fornecedores:	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços	1.084	759
Retenção contratual	293	330
Liquidação negativa CCEE	204	178
Compra de energia	82	696
	1.663	1.963

13. **Empréstimos e financiamentos:** (a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	Taxa efetiva	Encargos	Circulante		Não circulante - Principal	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	15/09/2027	TJLP + 3,17%	310	14.835	15.145	15.167	70.469

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligação Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na luj Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE - Contratos de compra e venda de energia, CCEAR - Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras). O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possui as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027. A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

Índice de capitalização > 25%
Índice de cobertura de serviço da dívida > 1,2
Em 31 de dezembro de 2021, a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	31/12/2019	Encargos de 2019	Amortização de 2019	31/12/2020	Encargos de 2020	Amortização de 2020	31/12/2021	Encargos de 2021	Amortização de 2021
BNDES	103.439	7.958	(6.906)	(4.020)	100.471	7.218	(14.835)	(7.240)	85.614

(c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
14.835	14.835	14.835	14.835	11.129	70.469

17.2. **Garantias:** As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
11/02/08	Conselho de Administração	luj	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/09/27	169.200	85.614

17.3. **Remuneração da alta administração:** A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

Benefícios de curto prazo (a)	31/12/2021	31/12/2020
	Remuneração do conselho	(41)
Total	(42)	(33)

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição. **18. Patrimônio líquido:** **18.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2021 e 31/12/2020	
	Ordinárias	Preferenciais
Alupar Investimento S/A	273.064.862	100
Fundo de Investimento - FGTS	–	42.041.590
Total das ações	273.064.862	100

18.2. Reserva de lucros: **a. Reserva legal:** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. **b. Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. **c. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Lucro líquido do exercício	31/12/2021	31/12/2020
	Reserva legal	38.067
Subtotal	(1.903)	(1.047)
Dividendo mínimo obrigatório	36.164	19.887
Reservas de lucros	(9.041)	(4.971)
Saldo de lucros acumulados	(27.123)	(14.916)

19. Receita operacional líquida:	31/12/2021	31/12/2020
	Receita de geração de energia elétrica	67.116
Suprimento de energia	5.760	1.323
Ajuste positivo CCEE	72.876	66.384

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **luj Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da luj Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a

21. Resultado financeiro:	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.701	1.275
Outros ganhos financeiros	3	1
Total	2.704	1.276
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.218)	(7.958)
Variação monetária UBP	(474)	(210)
Variação monetária	(3)	(21)
Outros	(137)	(272)
Total	(7.832)	(8.461)
Resultado financeiro	(5.128)	(7.185)

22. Imposto de renda e contribuição social correntes:	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Suprimento de energia e Ajuste positivo	72.876	72.876	66.384	66.384
Presunção de lucro - 8% / 12%	5.830	8.745	5.311	7.966
Receita financeira	2.704	2.704	1.276	1.276
Outras receitas	–	–	229	229
Base de Cálculo IR e CS	8.534	11.449	6.816	9.471
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	–	19%	–
	2.109	1.030	1.680	852
Outros	–	–	17	8
Total dos tributos correntes	2.109	1.030	1.697	860
LAIR	41.206	41.206	23.491	23.491
Alíquota efetiva	7,62%	7,62%	10,89%	10,89%

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Considerações gerais:	31/12/2021		31/12/2020		Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Caixa e bancos	7	7	28	28	– Custo amortizado
Equivalentes de caixa	2.012	2.012	30.672	30.672	Nível II meio de resultado
Investimentos de curto prazo	51.909	51.909	30.556	30.556	Nível II meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	6.525	6.525	6.175	6.175	Nível II meio de resultado
Contas a receber de clientes	8.711	8.711	9.154	9.154	– Custo amortizado
	69.164	69.164	76.585	76.585	

Os instrumentos financeiros e gestão de riscos: **Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. **23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

O valor justo de contas a receber de clientes e fornecedores se aproximou do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permaneceu inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público como custo amortizado. Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato de o Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita à apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23.2. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II ou III. **23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: **Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco Hidrológico:** A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrificado elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe à Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100. **Risco de Descontratação:** Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). **Risco de câmbio:** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. **Análise de sensibilidade:** Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definido-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Inde-xador	Posição em 31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano			
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III provável (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%

Inde-xador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III provável (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			3,04%	4,56%	6,08%	7,60%	
BNDES	TJLP	3,17%	85.614	5.399	6.742	8.084	9.427

24. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 626 e R\$ 523 no exercício de 2021 e 2020, respectivamente. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. **25. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	678	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2022
Total	2.318.112	977	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022